

1

JUNHO 1995 • ISSN : 0871-7249
ANO 5 • N.º 25



Foz C6a:

Inscrita na Pedra

Preservação das Gravuras

História de Foz C6a

Universidade

Valores Simbólicos

Notas e Comentários

Ciência

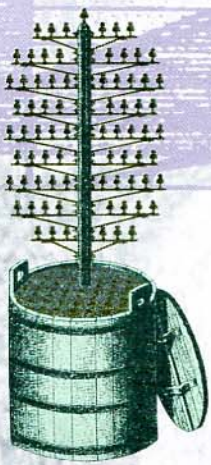
Tecnologia do Mar

António Quadras

MicroScapes

U N I V E R S I D A D E D O P O R T O

Boletim



Ficha Técnica

Director
Alberto Amaral,
Reitor da Universidade do Porto

Sub-Directora
Prof.^a Teresa Lago (FCUP)

Coordenação Editorial e Redacção
Maria Isabel Pacheco (coordenadora)
Paulo Gusmão Guedes (coordenador adjunto)

Conselho editorial
Prof. Alexandre Alves Costa (FAUP),
Prof. Arnaldo Saraiva (FLUP),
Prof. Jorge Olimpio Bento (FCDEF),
Prof. José Madureira Pinto (FEP),
Prof. Manuel Sobrinho Simões (FMUP),
Prof. Paulo Tavares de Castro (FEUP).

Coordenador do número
Alberto Amaral

Arranjo Gráfico
Incomun

Fotografia
Duarte Belo; pp. 12-15, cortesia do Plano Arqueológico do Côa; p. 44, cortesia da Câmara Municipal de Matosinhos; p. 48, cortesia do Museu de Ciência da UP.

O Boletim agradece o apoio da Associação Projecto Património.
Os desenhos de António Quadros são uma cortesia de José Forjaz.

Colaboradores neste número
Agostinho Álvares Ribeiro, António Manuel Figueiredo, António M. Galopim de Carvalho, António de Sousa Pedrosa, Carlos A. Brochado de Almeida, Cesário de Matos, Francisco Ribeiro da Silva, Gaspar Martins Pereira, Joaquim Moreno, José Forjaz, José Mattoso, Jorge Figueira, Luís Aires-Barros, Luís Miguel Duarte, Maria Angeles Querol, Maria Ondina Figueiredo, Nelson Rebanda, Rui M. V. Cortes, Vitor Oliveira Jorge.

Publicação periódica
nº 25 - Ano V, 1/Junho 1995

Propriedade:
Fundação Gomes Teixeira

Redacção:
Rua D. Manuel II - 4003 Porto Codex
Telf. 6004981 (ext. 32)
Telefax 6001724

Registo na D.G.C.S.: 114891
Depósito legal: 41283/90

ISSN: 0871-7249

Tiragem: 7.000 exemplares

Preço por número: 500\$00
Assinatura anual (4 números): 2.000\$00

Execução gráfica:
Edições Afrontamento, Lda
R. Costa Cabral, 859 - 4200 Porto

É proibida a reprodução de artigos, gráficos ou fotografias sem a autorização escrita do Director.

Sumário

2 Editorial

Painel

"Foz Côa - Inscrita na Pedra"

5 Côa: Cosmos ou Caos?

Vitor Oliveira Jorge

11 Barragem de Vila Nova de Foz Côa

Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre
Nelson Rebanda

17 Foz-Côa

Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro
A. Álvares Ribeiro

21 A Preservação das Gravuras: 2 depoimentos, 4 pareceres

Reflexões sobre os estudos para preservação das gravuras rupestres do Côa, Luís Aires-Barros (21)

Considerações sobre a preservação das gravuras rupestres do Côa, Maria Ondina Figueiredo (24)

Parecer 1, António M. Galopim de Carvalho (25)

Parecer 2, Departamento de Minas da FEUP (25)

Parecer 3, Rui M. V. Cortes (26)

Parecer 4, António de Sousa Pedrosa (26)

27 Fragmentos da História de Foz Côa

Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa
Carlos A. Brochado de Almeida (27)

Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era 'centro do mundo'
Luís Miguel Duarte (29)

Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna
Francisco Ribeiro da Silva (30)

Notas para a História Contemporânea de Foz Côa
Gaspar Martins Pereira (33)

37 Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Côa

António Manuel Figueiredo

42 Universidade

Valores Simbólicos, José Mattoso (42)

La Foz del Côa, marco perfecto para un parque cultural, M. Angeles Querol (43)

44 Notas e Comentários

Centro de Ciências e Tecnologias do Mar (44)

António Quadros, Professor, José Forjaz (46)

3 textos sobre António Quadros: Jorge Figueira, Joaquim Moreno, Cesário de Matos (48)

MicroScapes (48)

Valores Simbólicos

José Mattoso

A luta entre os partidários da barragem e os partidários das gravuras envolve cada vez mais intervenientes porque é uma luta simbólica. Quer dizer, objectiva e revela oposições irreduzíveis. De um lado, quem acha que em política tudo se reduz a satisfazer as necessidades básicas e materiais dos indivíduos; do outro, quem pensa que nem só de pão vive o homem. Num campo, quem acha que o passado em pouco ou nada contribui para a resolução dos problemas actuais; no outro, quem não pode conceber o futuro como uma ruptura com o passado. Aqui, quem só concebe o progresso como inovação; ali, quem o considera como resultante de uma acumulação progressiva de aquisições que não se excluem umas às outras.

Os primeiros reconhecem que há indivíduos interessados pelo passado, pela estética e pelo património; mas consideram-nos uma minoria sonhadora, sem os pés na terra, e, por isso, desprezável em termos políticos; ou mesmo uma minoria perturbadora, e por isso perigosa. Os segundos parecem impulsionados por um mandato tão imperativo como se agissem em nome de uma causa sagrada, como se se tratasse de salvar a Humanidade em perigo; daí a sua pertinácia e a sua capacidade de mobilização.

Estas posições podem ser irreduzíveis. Mas a boa política consiste justamente em conciliar os interesses de uns com os interesses de outros. A preservação do poder depende, a longo prazo, dessa capacidade de conciliação.

A conciliação pode fazer-se com sinceridade e verdadeira eficácia quando a preservação

do património cultural se toma a sério, tal como a organização dos arquivos, bibliotecas e museus, a protecção do ensino artístico, a promoção da investigação científica, a autonomia do ensino universitário.

Poderá, até, simular-se, por períodos limitados, com medidas superficiais, aparentes e mesmo enganadoras, como sejam os orçamentos reais mas exíguos, os processos propagandísticos ou a captação de clientelas no meio intelectual. Desta maneira não se satisfaz um dos campos, mas evitam-se oposições demasiado perigosas para a permanência no poder.

O carácter simbólico da questão de Foz Côa consiste em revelar o carácter irreduzível destes dois campos e em obrigar os actuais detentores do poder a demonstrar se são ou não capazes de promover uma política verdadeiramente conciliatória. Não é mais possível a ambiguidade: os processos de conciliação aparente estão completamente esgotados.

Convém admitir que o papel conciliatório cometido aos detentores do poder político não obriga a optar sempre pelo património. Há casos em que se justifica promover soluções que correspondam ao seu sacrifício pontual. É tudo uma questão de peso relativo dos valores em causa. Compreende-se a renúncia a valores patrimoniais quando existem outros do mesmo âmbito e do mesmo nível devidamente acautelados e protegidos. Assim, pode-se admitir a alienação de uma pintura do século XV se não tem nada de especialmente significativo; mas seria uma barbaridade sem nome vender os Painéis de Nuno Gonçalves a um museu estrangeiro. Há

muitos documentos do século XV nos nossos arquivos; alguns poder-se-iam vender ou trocar. Mas ninguém no seu juízo perfeito accitaria que se vendesse o Tratado de Tordesilhas.

Ora o santuário de Foz Côa tem um valor verdadeiramente único, não só para a cultura nacional mas para toda a Humanidade. É um dos mais antigos testemunhos mundiais da relação primitiva do homem com a natureza, com os poderes sagrados e com os meios de subsistência. É verdadeiramente único porque preserva em grandes dimensões o ambiente natural em que esta relação se demonstrava nos alvares da civilização humana, quando apareceram as primeiras manifestações da racionalidade. É verdadeiramente único porque demonstra a renovação de manifestações análogas ao longo de milhares de anos e as suas lentas alterações no mesmo local.

É também um todo indivisível. A transposição só das gravuras para outro local não resolve nada. Corresponde à efectiva destruição do santuário no seu conjunto, porque as gravuras tiradas do seu contexto perdem a relação entre si e com a paisagem que pela sua singularidade as suscitou. Consequentemente perdem o seu significado e o seu poder evocativo.

Os arqueólogos portugueses e estrangeiros que têm examinado o santuário têm-se esforçado por demonstrar este carácter único e fazê-lo compreender ao povo português e aos responsáveis políticos. Não é exagero nem demagogia senão para quem se obstina na sua ignorância dizer que a destruição do santuário de Foz Côa pela barragem

equivale a arrasar o mosteiro da Batalha para com as suas pedras construir casas. A comparação é, ainda assim, insuficiente, porque o mosteiro da Batalha é único para Portugal, mas não para a Europa; ao passo que Foz Côa é único para todo o mundo. Destrui-lo seria tão criminoso como foi a destruição do mosteiro de Cluny durante a Revolução Francesa ou o incêndio da Biblioteca de Alexandria pelos turcos. Tal é a triste responsabilidade que alguns membros do governo actual têm pretendido publicamente tomar sobre os seus ombros.

Num governo como o actual, em que predominam os partidários da política materialista ou economicista, e em que os promotores da conciliação com outros valores apenas conseguem impor medidas ambíguas, propagandísticas ou clientelares, a questão de Foz Côa tem o mérito de obrigar à clarificação. Neste momento todo o povo português espera uma decisão. Se ela for favorável à preservação, demonstrar-se-á uma efectiva vontade política de cuidar dos valores patrimoniais mais significativos. Poder-se-á então esperar que a esta decisão se siga uma efectiva valorização do local, de forma a que ele possa ser visitado por gente de todo o mundo, e a que o seu significado singular se possa perceber claramente.

Este governo tem ainda a oportunidade de ficar na História por essa razão. Será que prefere ficar na História como aquele que deixou destruir um dos mais extraordinários monumentos do triunfo do Homem sobre a animalidade?

*O autor é Historiador, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Prémio Pessoa. **